



BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Aquisições de terra em grande escala para investimento (“land grabbing”) em Moçambique

Land grabbing, a crescente corrida global para aquisição de grandes extensões de terra e recursos relacionados para vários fins, é um fenómeno que tem atraído bastante atenção nos últimos anos. Milhões de hectares de terra são reportados como tendo sido adquiridos ou sob algum tipo de negociação em todo o mundo, incluindo em Moçambique. Associado a estas constatações, tem surgido vários debates sobre as causas, factores, actores e impactos e a forma como o assunto é estruturado por vários actores e grupos de interesse. A presente edição do Boletim Bibliográfico sugere algumas obras que discutem criticamente *land grabbing* nas várias dimensões, incluindo os problemas metodológicos associados com a medição, impactos, investigação, bem como algumas propostas sobre como caminhar para uma governação mais eficaz e transparente dos investimentos na aquisição de terra em grande escala.

Publicações do IESE sobre o Tema

Muianga, C. (no prelo) Dinâmicas actuais de aquisição de terra para investimento em Moçambique: tendências, escala, factores, actores e questões para análise. In: Luis de Brito et al. (eds). *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo, IESE.

Este artigo analisa criticamente a evidência apresentada na literatura sobre tendências, escala, factores e actores relacionados com a actual dinâmica de aquisição de terra em larga escala em Moçambique. O artigo argumenta que, apesar de as actuais dinâmicas económicas dominantes (em particular, as tendências e padrões de investimento, as grandes concessões agrícolas, mineiras e florestais) poderem apontar para um processo de aquisição de terra em grande escala, a evidência sobre tendências, escala, factores e actores é ainda questionável. Portanto, o artigo mostra que além de ser importante interrogar a evidência, há um conjunto de questões críticas que deve ser explorado. Estas questões podem ajudar a construir um melhor quadro analítico sobre as dinâmicas actuais de aquisição de terra e as suas implicações socioeconómicas.

Fingerman, N. (2013). *Os mitos por trás do ProSAVANA*. Maputo. IESE. IDeIAS N° 49.

No contexto de várias afirmações veiculadas na imprensa e por várias organizações da Sociedade Civil (nacionais e internacionais) sobre o ProSavana, este artigo tenta esclarecer estas questões com base em investigação levada a cabo em Abril de 2013 ao Corredor de Nacala. A autora aponta que muitas das afirmações feitas ao redor do ProSavana não são reais. Neste contexto, o artigo argumenta que há, na verdade, a construção de diversos mitos sobre o ProSavana. Segundo a autora, ao contrário do que é dito, o ProSavana não prevê em nenhum de seus documentos a usurpação de terra de pequenos produtores, tampouco restringe suas actividades somente a entrada de grandes investimentos. Aliás, a autora aponta que a maioria dos agronegócios que estão na região actualmente não tem nenhum vínculo com o ProSavana, e somente em um caso, da empresa

Matanusca, houve algum tipo de conflito com os pequenos agricultores locais.

Funada-Classen, S. (2013) *Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann*. Maputo. IESE. IDeIAS N° 51, 52 e 53.

Este artigo faz parte de uma série de três artigos que analisam criticamente os “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingerman (IDeIASN° 49). O artigo liga-se especificamente na análise dos argumentos do “Mito 1 – O ProSAVANA é uma réplica do PRODECER” e do “Mito 2 - ProSAVANA vai usurpar terras aos pequenos agricultores”. Com base nos dois últimos argumentos do “Mito 1” e do primeiro argumento do Mito 2”, o artigo conclui que Fingermann utiliza as suas suposições pessoais e as entrevistas a agentes do ProSavana como factos e não analisa as documentações preparadas para o Plano Directório. O artigo conclui ainda que a dimensão das discrepâncias constatadas na informação veiculada por Fingerman suscita alguma dúvida.

Cambaza, V. (2010) *A Terra no Contexto do Desenvolvimento da Indústria Mineira: Pressões e Conflitos em torno dos DUATS*. In: Luis de Brito et al. (eds.) *Desafios para Moçambique 2010*. IESE, Maputo. pp. 217-228.

Este artigo olha para a questão da pressão sobre a terra em Moçambique em resultado do aumento dos investimentos registados na indústria da extracção mineira e levanta algumas questões sobre as implicações das medidas que têm sido adoptadas, no sentido de amenizar os conflitos atinentes, quer sejam de âmbito geracional, quer de carácter intergeracional. O artigo é desenvolvido com base em informação disponível sobre o processo de licenciamento da actividade mineira, verificado nos últimos tempos, em Moçambique, da implementação dos projectos atinentes e da gestão de conflitos de interesses sobre a terra.

Publicações sobre o tema disponíveis no IESE

Muianga, C. (2014) Large-Scale Land Acquisitions in Sub-Saharan Africa: Analysing Current and Past Evidence on Trends, Scale, Drivers and Policy Discourses in Mozambique. Unpublished MSc Dissertation. School of Oriental and African Studies (SOAS), University of London, London.

Esta dissertação analisa a actual evidência sobre tendências, escala e factores do actual fenómeno de aquisição de terra em grande escala na África Subsahariana. O artigo olha particularmente para o caso de Moçambique e traz alguns exemplos históricos de aquisição de terra em grande escala e desenvolvimento da agricultura de grande escala, incluindo como os discursos políticos sobre a terra afectaram e têm afectado trajectórias de concentração de terra e de política agrária e de transformação nas últimas décadas. O argumento principal é de que aquisições de terra em grande escala não são um fenómeno novo em Moçambique e reflecte alguns elementos de continuidade e mudança do passado. Os discursos políticos e o seu impacto sobre as trajectórias de aquisição de terra e desenvolvimento agrícola também reflectem estes elementos de continuidade e rupturas com o passado.

Twomey, H. (2014) Displacement and dispossession through land grabbing in Mozambique: The limits of international and national legal instruments. Working Paper Series 10. Refugee Studies Centre, Oxford Department of International Development, University of Oxford.

Este artigo examina as limitações das leis internacionais e nacionais em lidar com os deslocamentos e apropriação, olhando para Moçambique como um caso específico. A principal questão que o artigo levanta é que limites as leis internacionais e nacionais têm na resolução dos deslocamentos e apropriações resultantes do *landgrabbing* em Moçambique? O artigo argumenta que os limites da lei em lidar com deslocamento e apropriação não são devido à falta de institucionalização de práticas internacionais de normas boa governação no quadro legal a nível doméstico, nem devido a incapacidade do estado. Os limites da lei existem dentro do processo de implementação das normas, em que as normas são condicionadas pelo contexto Moçambicano de governação local para servir interesses domésticos.

Borras, S., Fig, D., e Suárez, S. (2011) The Politics of Agrofuels and Mega-land and Water Deals: Insights from the ProCana Case, Mozambique. Review of African Political Economy, 38(128). 215–234.

Este artigo examina a economia política da governação da produção comercial em larga escala de biocombustíveis e as grandes transacções de terra e água, com especial referência às dinâmicas de mudanças no uso da terra e água e direitos de propriedade e qual o seu impacto nas vidas e modos de vida dos sectores rurais social e economicamente marginalizados no campo. O principal argumento é de que o pressuposto sobre a existência de terras marginais disponíveis para a produção de culturas para biocombustíveis é fundamentalmente falso. O artigo demonstra este argumento examinando o caso do Procana, uma empresa cujo objectivo era plantação de cana-de-açúcar para produção de etanol na província de Gaza.

Ganho, A. (2013) 'Friendship', Business, or Land-Grabbing? The Hubei-Gaza rice project in Xai-Xai. LDPI Working Paper 32. Land Deals Politics Initiative.

Este artigo engaja-se no debate sobre o papel e lugar da China no actual debate sobre *landgrabbing*, o papel do estado versus investidores privados e as direcções de transformação agrária numa perspectiva histórica, questionando, ao mesmo tempo, pressupostos básicos tais como dualismo pequenos agricultores e agricultores comerciais. O artigo examina, particularmente, um caso de negociação de terra num esquema de irrigação estatal no sul de Moçambique, que tem como objectivo desenvolver a agricultura através de transferências de tecnologias, no contexto das relações bilaterais China-Moçambique. Usando uma abordagem de economia política na agricultura, o estudo faz uma análise dos actores, processos e resultados do projecto chinês até então e particularmente as dinâmicas políticas à sua volta.

Aabø, E. e Kring, T. (2012) The Political Economy of Large-Scale Agricultural Land Acquisitions: Implications for Food Security and Livelihoods/Employment Creation in Rural Mozambique. Working Paper 2012-004. UNDP, Regional Bureau for Africa.

Este artigo faz uma breve avaliação dos impactos dos investimentos sobre a segurança alimentar e modos de vida rural e criação de emprego. Com base na experiência de Moçambique, o artigo discute o papel potencial das aquisições de terra em larga escala na promoção da segurança alimentar e redução da pobreza, assim como alguns dos custos de oportunidade associados com agricultura de grande escala. O artigo conclui que, apesar de alguns impactos positivos verificados, os relativos altos impactos negativos das recentes aquisições de terra em grande escala são preocupantes. O artigo também conclui que as características demográficas e sociopolíticas sugerem que estratégias de desenvolvimento rural favoráveis ao uso de mão-de-obra intensiva podem ser mais adequadas do que a atracção de investimentos em grandes aquisições de terra para agricultura.

Anseeuw, W., Lay, J., Messerli, P., et al. (2013) Creating a Public Tool to Assess and Promote Transparency in Global Land Deals: The Experience of the Land Matrix. The Journal of Peasant Studies, 40(3), 521–530.

Este artigo examina criticamente os esforços do "Land Matrix" em criar uma ferramenta pública para promover maior transparência nas decisões sobre a terra e investimento a nível global. O artigo pretende provocar uma discussão da dimensão pela qual tal ferramenta pode efectivamente promover maior transparência e ser um passo para uma maior prestação de contas e melhoria na tomada de decisões. O artigo faz uma apresentação do *Land Matrix* e o seu contributo adicional, incluindo os desafios que este enfrenta na medição do actual fenómeno de aquisição de terra em larga escala. Finalmente, o artigo aborda como o *Land Matrix* pretende tratar destas questões de modo a estabelecer uma ferramenta dinâmica e participativa.

Baglioni, E. e Gibbon, P. (2013) Land Grabbing, Large- and Small-scale Farming: What Can Evidence and Policy from 20th Century Africa Contribute to the Debate? Third World Quarterly, 34(9), 1558–1581.

Este artigo examina o fenómeno actual de aquisição de terra em larga escala em relação à história das plantações e agricultura de grande e pequena escala na África Subsahariana. O artigo olha para a dimensão das plantações agrícolas e agricultura de grande escala durante o século XX, assim como para os discursos políticos que justificaram, apoiaram e circunscreveram o seu desenvolvimento. O

artigo argumenta que muitas das características do actual interesse global pela terra e sua interpretação revelam elementos de continuidade com algumas tendências gerais que marcam a história das plantações agrícolas e agricultura de grande escala até os dias de hoje. Em particular, a heterogeneidade da agricultura de plantações e de grande escala, reflectindo relações muito diferentes com a agricultura de pequena escala, e o papel essencial da combinação do capital privado (doméstico, estrangeiro ou ambos combinados) com o Estado representa continuidades organizacionais. Entretanto, continuidades no apoio a discursos centram na prevalência de prescrições genéricas para a agricultura de plantações (ou de grande escala) e a agricultura de pequena escala. O artigo também argumenta que refutar estas prescrições genéricas é uma pré-condição para uma análise mais profunda e para propostas de política.

Edelman, M. (2013) Messy Hectares: Questions about the Epistemology of Land Grabbing Data. *The Journal of Peasant Studies*, 40(3), 485–501.

Este artigo levanta questões sobre a epistemologia dos dados sobre 'landgrabbing'. O artigo aponta que investigação recente sobre transacções de terra reporta quantidades gigantescas de hectares apropriadas, com relativamente pouca consideração para a solidez da evidência ou para a escala para além da área. Este artigo questiona a utilidade de agregar dados de qualidade desigual e transformá-los em 'factos'. O artigo argumenta que fazer reivindicações com base em evidência problemática não é útil para activistas agrícolas e de direitos humanos, uma vez que pode comprometer sua legitimidade e tornar difícil para estes identificar seus adversários. Este argumento é suportado pela ideia de que estudar posse de terra e propriedade corporativa é bastante complicado, com problemas de legibilidade intratáveis. O facto é de que cientistas sociais devem sujeitar as suas fontes à crítica e entender o contexto da sua produção, preservação e disseminação. Portanto, é verdade que um acelerado processo de expropriação está a ocorrer, mas enfrentar isto efectivamente, requer dados precisos e verdadeiros, que são difíceis de obter. Portanto, reivindicações bastante simplistas não só podem minar os esforços de enfrentar casos específicos de 'landgrabbing' – e reivindicações sobre landgrabbing mais geralmente – mas também podem desviar atenção dos casos menos publicitados e dos actores por detrás do landgrabbing. Estes tendem também a reduzir landgrabbing a um problema quantitativo mais do que focar nas transformações das relações sociais que podem resultar deste processo.

Oya, C. (2013) Methodological Reflections on “Land Grab” Databases and the “Land Grab” Literature “Rush”. *The Journal of Peasant Studies*, 40(3), 503–520.

Este artigo centra-se em duas questões. Primeiro, analisa criticamente as bases de dados globais emergentes sobre aquisição de terra em larga escala e os dados sobre as tendências globais até agora circulados, prestando particular atenção à sua precisão e credibilidade e a dimensão pela qual estes representam um exemplo de falsa precisão. A utilidade destas bases de dados e alguns dos seus efeitos colaterais também são criticamente explorados. Segundo, o artigo considera alguns problemas metodológicos importantes que podem estar por detrás do rápido crescimento da pesquisa sobre 'landgrabbing'. Em particular, alguns dos pressupostos não testados implícitos em muitos dos estudos existentes, assim como as problemáticas dicotomias que muitas vezes influenciam as interpretações da evidência existente por parte dos investigadores são criticamente discutidos, com ênfase na necessidade de maior reflexividade na pesquisa actual sobre landgrabbing. O artigo conclui que a necessidade de rigor metodológico não é um luxo, mas politicamente e tacticamente crucial do ponto de vista dos que fazem

campanha contra apropriação e exploração reais. Portanto, não existe um caminho curto para evidência de boa qualidade.

Oya, C. (2013) The Land Rush and Classic Agrarian Questions of Capital and Labour: A Systematic Scoping Review of the Socio-economic Impact of Land Grabs in Africa. *Third World Quarterly*, 34(9), 1532–1557.

Este artigo tem dois objectivos principais. Primeiro, analisar a problemática do impacto socioeconómico das transacções de terra na África Subsahariana olhando para o que nós sabemos até agora da literatura disponível, nomeadamente o que tem sido reivindicado e quanta investigação foi feita, assim como o que não sabemos muito apesar da quantidade de material publicado. Isto é feito por via de uma sistemática revisão de escopo, que visa evitar algumas das tendências inerentes nas revisões de literatura convencionais e fornecer evidência para algumas características básicas da literatura emergente sobre landgrabbing em África, com referência específica para a sua contribuição para o entendimento dos impactos nos modos de vida. Segundo, o artigo liga questões empíricas sobre o impacto e implicações do landgrabbing com uma discussão de questões alternativas (negligenciadas) de pesquisa, notavelmente, a implicações do actual fenómeno de corrida pela terra para as clássicas questões agrárias de capital e trabalho, como entendido na economia política agrária. Portanto, o artigo propõe um re-engajamento com os debates sobre as questões agrárias clássicas numa tradição de economia política Marxista, com o objectivo de mover a agenda de pesquisa sobre landgrabbing em direcção a questões de pesquisas mais conceptualmente e empiricamente desafiantes.

Edelman, M., Oya, C. e Borrás, S. (2013) Global Land Grabs: Historical Processes, Theoretical and Methodological Implications and Current Trajectories. *Third World Quarterly*, 34(9), 1517–1531.

Este artigo discute várias questões de definição, conceptuais, metodológicas e políticas no actual debate sobre landgrabbing. O artigo aponta que o período inicial tirou conclusões precipitadas a partir de grandes bases de dados, trabalho de campo de rápida avaliação e estudos de casos locais. Hoje em dia, a investigação examina a questão da financeirização da terra, 'watergrabbing', 'greengrabbng', e grabbing para projectos de industriais e de urbanização, e uma literatura vasta começa a por em questão pressupostos chave das discussões iniciais (a ênfase nos actores estrangeiros em África e sobre produção de alimentos e biocombustíveis, as reivindicações de que as populações locais são inevitavelmente deslocadas ou negativamente afectadas). Representado uma diversidade de abordagens e backgrounds, os autores argumentam que é preciso ir para além das questões básicas do período inicial do debate e partilham um cometimento comum de ligar as análises do fenómeno actual de landgrabbing com os seus antecedentes históricos e contextos legais e as questões de economia política agrária de longa data que dizem respeito a formas de expropriação e acumulação, o papel do trabalho e os impedimentos ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Os autores clamam por bases mais rigorosas das reivindicações sobre os impactos, por um escrutínio de projectos que fracassaram e por uma re(examine) da duradoura, diferenciação social, a acção de das classes sociais conflitantes e as formas populares de resistência como elementos chave que estruturam os resultados agrários.

Margulis, M., McKeon, N. e Borrás, S. (2013) Land Grabbing and Global Governance: Critical Perspectives. *Globalizations*, 10(1), 1–23.

Este artigo identifica *landgrabbing* como um assunto importante e urgente para investigação (tórica e empírica) de modo a aprofundar o nosso entendimento sobre a actual globalização e governação. O artigo coloca o actual fenómeno do *landgrabbing* na actual governação capitalista mundial que atravessa os campos de desenvolvimento, investimento, segurança alimentar, entre outros. O artigo aponta que enquanto *landgrabbing* não é por si um fenómeno novo, tendo precedentes históricos na época do imperialismo, o seu carácter, escala, evolução, orientação e factores chave do actual fenómeno é um distinto fenómeno histórico extremamente ligado às maiores mudanças no poder e produção na economia política mundial. *Land grabbing* é facilitado pelos jamais vistos fluxos de capital, bens e ideias além-fronteiras, e esses fluxos ocorrem por meio de eixos de poder que são de longe mais policêntricos do que a tradição imperialista Norte-Sul. Dadas estas características, este artigo argumenta que *landgrabbing* está ligada a muitas das questões dos estudos sobre globalização e nota que estudiosos da globalização ainda têm que se engajar profundamente neste novo campo. Como tal, o artigo situa *landgrabbing* numa era do capitalismo avançado, de múltiplas crises globais, e o papel de novas configurações de poder e resistência na governação institucional global.

Borrás, S., Franco, J. e Wang, C. (2013) The Challenge of Global Governance of Land Grabbing: Changing International Agricultural Context and Competing Political Views and Strategies. *Globalizations*, 10(1), 161–179.

Este artigo discute a emergência de várias interpretações do *landgrabbing* global, à luz das transformações globais como a emergência dos *flexcrops* e *commodities* num contexto de transição de regime alimentar a nível internacional, do surgimento dos BRICS e países de rendimento médio, e do reavaliado papel das nações-estado. O artigo argumenta que estas transformações globais que estruturam e são estruturadas pelo actual *landgrabbing* resultaram na emergência de interpretações conflituantes do significado de tais mudanças, tornando o já complexo campo da governação mesmo mais complicado. Os autores apontam que está-se a testemunhar três direcções de contestação política à nível global com o objectivo de controlar o carácter, passo e trajectória do discurso e os instrumentos e prática da governação da terra. Tais direcções são: 'regular para facilitar', 'regular para mitigar impactos negativos e maximizar as oportunidades' e 'regular para bloquear e reverter' *landgrabbing*. Portanto, o artigo conclui que futuras trajectórias do *landgrabbing* e sua governação serão estruturadas em parte pelo balanço entre as forças políticas e sociais dentro e entre estas três tendências políticas.

Brautigam, D. e Zhang, H. (2013) Green Dreams: Myth and Reality in China's Agricultural Investment in Africa. *Third World Quarterly*, 34(9), 1617–1696.

Este artigo desafia a ideia generalizada de que a China (o governo e empresas chinesas) exerce um papel preponderante na actual corrida pela aquisição de terra em África. Com base em investigação sobre a evolução e incentivos para o envolvimento da China na agricultura em África, e na análise de vários dos mais conhecidos casos, o artigo discrimina os mitos e realidades. O artigo argumenta que a aquisição de terra em África por parte de empresas chinesas tem sido muito limitada e que centra-se na produção para o consumo africano. O argumento deste artigo levanta três pontos chave. Primeiro, não existe, por enquanto, evidência de um esforço coordenado do governo chinês para obter terra em África. Contudo, e segundo, poucas

empresas agrícolas chinesas adquiriram terra em África como parte da estratégia de expansão comercial e do investimento directo estrangeiro chinês a nível global. Terceiro, por razões políticas e económicas, este interesse não se traduziu em aquisições de terra em grande escala em África. E quarto, o papel chave dos investidores e governos africanos neste processo tem sido pouco reconhecido, sobretudo porque no discurso dominante África e os africanos são vistos como agentes passivos ou vítimas, e não como agentes activos.

Borrás, S., Kay, C., Gómez, S., et al. (2013) Land Grabbing and Global Capitalist Accumulation: Key Features in Latin America. *Canadian Journal of Development Studies*, 33(4), 402–416.

Este artigo discute e explica sete características do *landgrabbing* na América Latina, que, de acordo com os autores, não são únicas à região. Destacando estas características – argumentado, por exemplo, que um aspecto chave na América Latina é *landgrabbing* intraregional conduzido por companhias (trans)Latinas – o artigo pretende inspirar novas comparações entre regiões para entender as dinâmicas do *landgrabbing* a nível global. O foco na América Latina desafia algumas generalizações problemáticas na literatura, por exemplo, a de que *landgrabbing* ocorre principalmente em Estados frágeis. O artigo também questiona o discurso que foca nos actores estrangeiros, e a necessidade de revisitar a questão mais ampla de concentração de terra. Assim, o argumento é construído com base na literatura que olha para o *landgrabbing* e a questão da terra numa perspectiva de economia política do capitalismo mundial. Portanto, dentro da análise dos vários significados de *landgrabbing*, o artigo apresenta a ideia de que o actual fenómeno de *landgrabbing* é a captura do controle de relativamente várias extensões de terra e outros recursos naturais associados. A primeira é que *landgrabbing* é essencialmente *controlgrabbing*, entendido como o poder de controlar a terra e recursos associados como água de modo a beneficiar de tal recurso.

McKeon, N. (2013) One Does Not Sell the Land upon Which the People Walk': Land Grabbing, Transnational Rural Social Movements, and Global Governance. *Globalizations*, 10(1), 105–122.

Este artigo analisa como movimentos sociais rurais têm construído suas capacidades como mobilizadores globais e actores políticos nas últimas décadas. O artigo faz uma avaliação do sucesso com o qual estes movimentos exploram a janela actual de oportunidade política aberta pelas interligadas crises alimentar, energética, ambiental e financeira globais, acompanhadas pelo altamente publicitado fenómeno de *landgrabbing*. O artigo presta particular atenção ao novo Comité sobre a Segurança Alimentar Mundial, como único fórum político global no sistema das Nações Unidas em que estes actores intervêm como plenos participantes, e à recente negociação de Linhas de Orientação Voluntárias sobre a Governação Responsável da Terra, *P e s c a s , e F l o r e s t a s* (Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Land, Fisheries and Forests). O artigo conclui que existem desafios que precisam ser encarados de modo a que movimentos sociais rurais consolidem os ganhos alcançados.

Cotula, L. (2012) The International Political Economy of the Global Land Rush: A Critical Appraisal of Trends, Scale, Geography and Drivers', *The Journal of Peasant Studies*. 39(3-4), 649–680.

Este artigo aponta que nos últimos anos, empresas agrícolas, fundos de investimento e agências governamentais têm estado a adquirir direitos de longo prazo sobre extensas áreas de terra em países subdesenvolvidos. Adicionalmente, é amplamente pensado que as expectativas dos investidores privados sobre a subida de preços das

commodities agrícolas e as preocupações dos governos em relação à segurança alimentar e energética estão por detrás de muitas das recentes aquisições de terra para investimento agrícola. Tais processos têm implicações para a agricultura mundial e modos de vida e segurança alimentar nos países receptores. Este artigo analisa criticamente a evidência sobre tendências, escala, geografia e actores da actual corrida pela terra. Apesar de o artigo corroborar em geral com alguns dos pressupostos difundidos, o mesmo aponta para um conjunto de factores mais complexos que reflectem mudanças fundamentais nas relações económicas e geopolíticas ligando estados soberanos, as finanças globais e o agro-negócio através de grupos locais. Portanto, o artigo argumenta que só uma compreensão mais sólida destes factores fundamentais pode ajudar a identificar forças e pontos de pressão para que as acções políticas respondam aos desafios que as aquisições de terra em grande escala colocam.

Borras, S.e Franco, J. (2012) Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: A Preliminary Analysis. *Journal of Agrarian Change*, 12(1), 34–59.

Este artigo examina duas dimensões chave da actual explosão das transacções comerciais (trans)nacionais de terra, nomeadamente, a economia política de mudança no uso da terra e a mudança nas relações de propriedade (e as ligações entre ambos). O artigo aponta que estas dimensões não são suficientemente exploradas na literatura actual. Neste contexto, o artigo tenta explorar esta lacuna, fazendo uma análise preliminar através de uma abordagem analítica que sugere algumas tipologias como um passo para uma mais completa e melhor compreensão da economia política do *landgrabbing* a nível global

Fairhead, J., Leach, M. e Scoones, I. (2012) Green Grabbing: A New Appropriation of Nature? *The Journal of Peasant Studies*, 39 (2), 237–261.

Este artigo discute a questão da emergência de um processo (profundo e em crescimento significativo) de apropriação de terra e recursos para fins ambientais – *greengrabbng*. O artigo aponta que o debate actual sobre *landgrabbing* já destaca exemplos onde agendas ambientais são usadas para justificar apropriações de terra em grande escala para produção de alimentos e combustíveis quer ligados a conservação da biodiversidade, sequestro de carbono, biocombustíveis, serviços de ecossistemas, ecoturismo ou compensações relacionadas a qualquer um ou todos estes. O artigo argumenta que *greengrabbng* tem como base algumas das bem conhecidas histórias coloniais e neocoloniais de alienação de recursos em nome do ambiente – quer para parques, reservas florestais ou para parar práticas locais assumidas como destrutivas. O artigo constrói uma nova teorização junto com casos de África, Ásia e América Latina e liga estudos críticos sobre a natureza com estudos críticos agrários para levantar as seguintes questões: até que ponto e de que formas *greengrabs* constituem novas formas de apropriação da natureza? Como e quando é que a circulação do *green capital* torna-se manifesto nas actuais apropriações no terreno – através de que dinâmicas políticas e discursivas? Quais são as implicações para ecologias, paisagens e modos de vida? E quem ganha e quem perde – como as relações sociais agrárias, os direitos e autoridade estão a ser reestruturados, e ao interesse de quem?

Woodhouse, P. (2012) New Investment, Old Challenges: Land Deals and the water Constraint in African Agriculture. *The Journal of Peasant Studies*, 39(3-4), 777–794.

Este artigo parte da constatação de que o investimento estrangeiro na aquisição de terra para agricultura na África Subsaariana tem sido visto principalmente como resultado de um conjunto de crises ligadas: nos mercados de capital, na segurança energética e na oferta de alimentos, e na governação global do ambiente. O artigo argumenta que um foco sobre os ‘compradores’ de terra pode negligenciar as dinâmicas que operam do lado dos ‘vendedores’. Ligado a isso, a primeira parte deste artigo argumenta que é importante olhar para o actual *landgrabbing* como o último estágio num processo mais longo de competição pelo controle da terra e outros recursos naturais por diferentes actores económicos e políticos domésticos nos países africanos. Portanto, enquanto tais lutas pelo controle da terra e outros recursos naturais são frequentemente caracterizadas como ‘estado versus campesinato’, com o estado agindo em nome das elites urbanas, o artigo argumenta que processos de acumulação e controle dos recursos naturais precisam de ser examinados mais criticamente em contextos específicos se o objectivo for melhor entender o papel e do impacto do investimento estrangeiro

De Schutter, O. (2011) How not to think of land-grabbing: three critiques of large-scale investments in farmland. *The Journal of Peasant Studies*, 38(2), 249–279.

Este artigo questiona a ideia de que o único ou o principal problema dos investimentos na aquisição de terra em grande escala é de que não contribuem para o desenvolvimento rural e redução da pobreza para os países alvos, por causa da capacidade destes países em gerir estes investimentos. Portanto, o artigo aponta que se fraca governação é o único problema, então regulamentação apropriada – e incentivos para gerir estes investimentos correctamente – seriam de facto a solução. Contudo, o artigo identifica três grandes níveis de críticas. O primeiro é de que a real preocupação por detrás do desenvolvimento do investimento em grandes extensões de terra para agricultura é de que fornecer terra a investidores, ter melhor acesso a capital para desenvolver tal terra, implica custos de oportunidades elevados, uma vez que isto resulta num tipo de agricultura que terá impactos mínimos para redução da pobreza, do que se o acesso à terra e água fosse melhorado para às comunidades agrícolas locais. O segundo é de que dar acesso a terra a investidores direcciona a agricultura para a produção de culturas para exportação, o que aumenta a vulnerabilidade dos países-alvo à choques nos preços. O terceiro é de que mesmo onde os esquemas de títulos de terra procuram proteger os usuários da terra contra a expropriação, estes aceleram o desenvolvimento de um mercado para direitos de terra com potenciais efeitos destrutivos sobre os modos de vida, quer dos actuais usuários, que enfrentarão um aumento da pressão comercial sobre a terra, e de grupos dependendo da pecuária, pesca e florestas. Neste contexto, o artigo mapeia estes vários níveis de críticas e conclui que é necessário fazer mais do que impor uma disciplina sobre *landgrabbing*. Isto é, é preciso uma alternativa real para este tipo de investimento em terra.

Literatura cinzenta

Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz de Nampula e ADECRU. (2015) Comunicado de Imprensa Conjunto. Exigimos a Suspensão e Invalidação Imediata da “Auscultação Pública do Plano Director do ProSavana”. Nampula, 11 de Maio.

Este comunicado de imprensa conjunto da ADECRU e da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz de Nampula apresenta ao público a sua profunda preocupação e indignação com a propositada desorganização, politização, exclusão, falta de transparência, intimidação, tribalização, partidarização e manipulação das reuniões de auscultação pública da versão “Draft Zero ou versão inicial” do Plano Director do ProSavana, protagonizada pelos representantes do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar-MASA e dos Governos Distritais envolvidos. A referida auscultação foi realizada entre os dias 20 e 29 de Abril de 2015, em apenas 19 sedes distritais e alguns postos administrativos das Províncias de Nampula, Niassa e Zambézia. No comunicado, a sociedade civil exige a invalidação e suspensão imediata do processo nestas condições.

Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrário da Savana Tropical em Moçambique (2015) Plano Director para o desenvolvimento agrário do corredor de Nacala em Moçambique Esboço Versão 0. Março, 2015. Disponível em: <http://prosavana.gov.mz/files/files/N/0215/BIB27/1.Master Plan Draft Zero Main Revisao.pdf>.

O documento apresenta o Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrário no corredor de Nacala (ProSavana). O documento proclama os sete principais princípios do programa, nomeadamente: o desenvolvimento sustentável, enfatizando a agricultura familiar; a melhoria das condições de vida da população do Corredor de Nacala; o desenvolvimento de cadeias produtivas e estabelecimento de condições de acesso aos mercados; a protecção dos direitos de uso e aproveitamento da terra das comunidades; a difusão de novas tecnologias para o aumento da produção e produtividade; a colaboração entre o sector público e todos os outros sectores envolvidos no sector agrário, incluindo parcerias público-privadas-população, para melhorar a eficiência e reduzir custos ao longo das cadeias produtivas; e, a conservação do meio ambiente no desenvolvimento das actividades agrárias. Cada princípio é desdobrado no documento em medidas específicas do programa.

Carta Aberta das Organizações e Movimentos Sociais Moçambicanos dirigida aos Presidentes de Moçambique, Brasil e Primeiro –Ministro do Japão (2013) Carta aberta para deter e reflectir de forma urgente o programa ProSavana. Maputo, 28 de Maio. pp. 1-9.

Esta carta aberta da sociedade civil debruça-se sobre questões a debater na implementação do programa ProSavana, mostrando a inquietação por parte das comunidades locais da forma como o programa tem sido concebido e exige que o Governo repense a sua concepção.

Justiça Ambiental (2013) Fuga de um exemplar do Plano Director para o programa ProSavana no norte de Moçambique confirma o pior: grupos da Sociedade Civil dizem que o plano secreto abre o caminho para a usurpação de terras em grande escala.

Neste texto, a sociedade civil expressa o seu sentimento após a fuga de um exemplar da versão mais recente do Plano Director para o

Programa ProSavana, datada de Março de 2013. O documento deixou claro para a sociedade civil as intenções do projecto e confirmou que os governos do Japão, do Brasil e de Moçambique estão secretamente a preparar o caminho para a usurpação de terras em grande escala no norte de Moçambique. O ProSavana é apresentado como um programa de desenvolvimento/ajuda, mas a versão do Plano Director que chegou às mãos da sociedade civil deixa claro que é simplesmente um plano de negócios para a aquisição do controlo da agricultura em Moçambique por parte das grandes empresas. Neste contexto, o significado do Plano Director para os pequenos agricultores resume-se em dois pontos principais: o afastamento dos agricultores da agricultura itinerante e técnicas tradicionais de gestão de terras para os fazer adoptar técnicas de cultivo intensivo à base de sementes comerciais, factores de produção químicos e títulos de propriedade privada; e a passagem dos agricultores para um regime de produção por contrato com empresas agrícolas e transformadoras.

União Nacional dos Camponeses (2012) Pronunciamento da UNAC sobre o Programa ProSavana. Nampula, 11 de Outubro de 2012.

Este texto é um pronunciamento da UNAC, feito no decorrer do encontro do Núcleo Provincial de Camponeses de Nampula, Núcleo Provincial de Camponeses da Zambézia, União Provincial de Camponeses de Niassa e União Provincial de Camponeses de Cabo Delgado, que visava debater e analisar o Programa ProSavana. O pronunciamento expressa o descontentamento dos membros pela insuficiência de informação e reduzida transparência por parte dos principais actores envolvidos (governos de Moçambique, Brasil e Japão), e condena a forma como foi elaborado e se pensa implementar o ProSavana em Moçambique, caracterizada pela exclusão das organizações da sociedade civil em todo o processo. O pronunciamento aponta que o ProSavana é resultado de uma política que vem do topo para base, sem levar em consideração as demandas, sonhos e anseios da base, particularmente dos camponeses do Corredor de Nacala, e condena qualquer iniciativa que preconize a expropriação de terra dos camponeses, para dar lugar a megaprojectos agrícolas de produção de monoculturas e a transformação dos camponeses moçambicanos em empregados ou trabalhadores rurais. O texto expressa a preocupação sobre a demanda pelo ProSavana de milhões de hectares de terra ao longo do corredor de Nacala, quando a realidade local mostra a falta de disponibilidade dessas extensões de terra, visto que a mesma é usada por camponeses com recurso à técnica de posio.

Comissão Nacional do Meio Ambiente (1992) Regimes de Posse de Terra em Moçambique. Maputo, 18 de Novembro de 1992..

Este texto resulta de uma intervenção de várias pessoas inquiridas num projecto com o objectivo de enriquecer a informação sobre os regimes de posse de terra em Moçambique. O texto discute quatro aspectos principais: o quadro jurídico, as questões da área de agronomia, a planificação e as questões sociológicas. O documento mostra a diversidade dos regimes da posse de terra no país ao longo os tempos e aponta que a lei e o regulamento de terra carecem de reforma por forma a ser criado um sistema de distribuição de terras mais adequado às necessidades das populações